



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679861 - RJ (2021/0218141-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DIEGO VILAMAR VELOSO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO VILAMAR VELOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0206813-90.2019.8.19.0001).

O paciente foi denunciado por supostamente ter cometido o delito tipificado no art. 33, c/c 40, III, do Código Penal. O magistrado desclassificou o tipo penal, para o delito previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/06, declinando-se da competência em face do XVII JECRIM.

Na apelação, a Defensoria Pública requereu a absolvição, alegando atipicidade da conduta em razão do princípio da insignificância. Alegou, ainda, violação do princípio da correlação entre a sentença e a denúncia.

A apelação não foi provida, nos seguintes termos (fls. 26-27):

APELAÇÃO. DENÚNCIA IMPUTANDO A PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SENTENÇA DESCLASSIFICANDO PARA A CONDUTA PARA AQUELA PREVISTA NO ARTIGO 28 DA LEI 11.343/06. RECURSO DEFENSIVO ARGUINDO, PRELIMINARMENTE, VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A SENTENÇA E A DENÚNCIA. NO MÉRITO BUSCA A ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO, ADUZINDO ATIPICIDADE DA CONDUTA, EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SUBSIDIARIAMENTE, REQUER A SUSPENSÃO DO FEITO ATÉ O JULGAMENTO PELO STF DO RE Nº 635.659/SP, NO QUAL FOI RECONHECIDA A REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO ENVOLVENDO A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 28, DA LEI 11.343/06. Inicialmente, rejeita-se a alegação de ofensa ao princípio da correlação. Conquanto o artigo 28 da Lei de Drogas exija a

demonstração de um especial fim de agir (para consumo próprio), ainda que tal circunstância não conste da denúncia, não se mostra inviável a desclassificação conforme operada, considerando que as condutas nucleares dos tipos previstos nos artigos 28 e 33 da Lei de Drogas são iguais, na espécie, trazer consigo. No mérito, afasta-se a incidência do princípio da insignificância, porquanto a conduta de uso de entorpecentes não pode ser considerada irrelevante para o direito penal, na medida em que o bem jurídico tutelado não é a saúde individual da pessoa que faz uso de entorpecentes, mas sim a proteção a saúde pública. Amoldar a conduta em exame à hipótese de crime de bagatela, equivaleria a suprimir o próprio tipo penal, neutralizando-o. Lado outro, não há se falar de violação ao direito à intimidade, considerando-se que o bem jurídico tutelado pelo artigo 28 da Lei 11.343/06 é a saúde pública, a qual deve prevalecer em detrimento ao direito do acusado à privacidade, por ser aquela de interesse da coletividade. Quanto ao pleito de sobrestamento do feito, sorte não assiste ao recorrente. No prumo da orientação do STF (Questão de Ordem no RE 430.105-9/RJ), os Tribunais passaram a se orientar no sentido de que, com advento da Lei 11.343/06, não houve a descriminalização da conduta de posse de substância entorpecente para consumo próprio, mas mera despenalização. Submetida ao crivo da Suprema Corte, em regime de repercussão geral, ainda sem posicionamento (RE nº 635.659/SP), posiciona-se pela responsabilização do agente no tipo previsto no artigo 28 da Lei de Drogas, ao praticar qualquer uma de suas condutas. Ausente qualquer requisição da Suprema Corte, não há que se falar em sobrestar o feito até eventual decisão do STF acerca da constitucionalidade do artigo 28, da Lei 11.343/06. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

A impetrante sustenta que "a conduta imputada ao Paciente (posse de drogas para uso próprio) revela-se incapaz de atingir o bem jurídico tutelado pela Lei 11.343/06 - a saúde pública - haja vista que a quantidade de drogas encontrada em seu poder ser tão pequena (9,6 nove gramas e 06 decigramas de maconha), que permitiria uso em única ocasião isolada. Dessa forma, não se pode falar em possibilidade (ainda que remota) de risco à saúde pública" (fl. 8).

Aduz, por fim, que "percebe-se que não se pode afirmar que a ÍNFIMA quantidade de droga apreendida com o Paciente é passível de causar qualquer tipo de dano à saúde pública. Assim, diante do exposto, pugna a Defesa, uma vez reconhecida a atipicidade da conduta imputada, seja absolvido o Paciente nos termos do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal" (fl. 11).

Requer "seja concedida a ordem para que o Paciente seja absolvido do crime previsto no art. 28 da Lei de Drogas, haja vista a atipicidade material da conduta, em razão do Princípio da Insignificância" (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente